

# **Condições socioeconômicas e de qualidade de vida do Assentamento Rancho Alegre do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) em Candeias do Jamari, Rondônia**

**Socio-economic conditions and quality of life in the Rancho Alegre Settlement of the National Land Credit Program (NLCP) in Candeias do Jamari, Rondônia**

**Condiciones socioeconómicas y calidad de vida en el Asentamiento Rancho Alegre del Programa Nacional de Crédito a la Tierra (PNCT) en Candeias do Jamari, Rondônia**

Recebido: 18/09/2022 | Revisado: 25/09/2022 | Aceitado: 26/09/2022 | Publicado: 05/10/2022

**Vanessa Ferreira Alves**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0003-1299>  
Centro Universitário Aparício Carvalho, Brasil  
E-mail: [vanessaferalves@gmail.com](mailto:vanessaferalves@gmail.com)

**Ana Rita Barros Fernandes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9653-0521>  
Centro Universitário Aparício Carvalho, Brasil  
E-mail: [anah2013roag@gmail.com](mailto:anah2013roag@gmail.com)

**Nélio Luís Ferron**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6129-1281>  
Centro Universitário Aparício Carvalho, Brasil  
E-mail: [nelioferron502@gmail.com](mailto:nelioferron502@gmail.com)

**Barbara dos Santos Esteves**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1852-2088>  
Centro Universitário Luterano de Palmas, Brasil  
E-mail: [barbbarase@gmail.com](mailto:barbbarase@gmail.com)

**Marcela Alvares Oliveira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4129-993X>  
Centro Universitário Aparício Carvalho, Brasil  
E-mail: [marcela.mugrabe@gmail.com](mailto:marcela.mugrabe@gmail.com)

## **Resumo**

A concentração fundiária, as injustiças no campo e a luta pelo direito à terra, tem marcado ao longo dos séculos a vida de muitas famílias rurais. Assim, existência de políticas públicas que possibilitem a essa população, “invisível” ao latifúndio, o acesso à terra é essencial como meio de diminuir a desigualdade social e a miséria presentes no campo. O objetivo do estudo foi conhecer as condições socioeconômicas e a qualidade de vida em que vivem as famílias assentadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) no assentamento Rancho Alegre, em Candeias do Jamari, RO. O levantamento de dados foi realizado por meio da aplicação de questionário socioeconômico, semiestruturado, aplicado a 30 famílias, no mês de outubro de 2021 e fevereiro de 2022. Nas condições observadas, o assentamento Rancho Alegre não conta com sistema de saneamento básico. A maioria das famílias apontou como grande problema do assentamento a ausência de uma unidade escolar, bem como postos de saúde, dificultando seu bem-estar. Em relação à infraestrutura dos lotes, as casas em sua maioria são de madeira, coberta com telha de amianto e todas possuem acesso à energia elétrica. Em relação à produção, as hortaliças são os principais produtos produzidos. Todos os lotes receberam assistência técnica nos primeiros 5 anos, fornecido pelo PNCF.

**Palavras-chave:** Crédito rural; Fossa negra; Políticas públicas; Reforma agrária; Saneamento básico.

## **Abstract**

Land concentration, injustices in the countryside, and the struggle for the right to land have marked the lives of many rural families over the centuries. Thus, the existence of public policies that enable this population, "invisible" to the latifundium, to have access to land is essential as a means of reducing the social inequality and misery present in the countryside. The aim of the study was to get to know the socioeconomic conditions and quality of life of families settled by the National Land Credit Program (NLCP) in the Rancho Alegre settlement in Candeias do Jamari, Rondônia. The data survey was carried out through the application of a semi-structured socioeconomic questionnaire, applied to 30 families, in October 2021 and February 2022. Under the conditions observed, the Rancho Alegre settlement does not have a basic sanitation system. Most families pointed out as a major problem of the settlement the absence of a school unit, as well as health posts, hindering their well-being. Regarding the infrastructure of the lots,

most of the houses are made of wood, covered with asbestos tiles and all have access to electricity. As for production, vegetables are the main products produced. All the plots received technical assistance in the first five years, provided by the NLCP.

**Keywords:** Rural credit; Black hole; Public policies; Agrarian reform; Basic sanitation.

### Resumen

La concentración de la tierra, las injusticias en el campo y la lucha por el derecho a la tierra han marcado la vida de muchas familias rurales a lo largo de los siglos. Por lo tanto, la existencia de políticas públicas que permitan a esta población, "invisible" para el latifundio, tener acceso a la tierra es esencial como medio para reducir la desigualdad social y la miseria presentes en el campo. El objetivo del estudio fue conocer las condiciones socioeconómicas y la calidad de vida de las familias asentadas por el Programa Nacional de Crédito a la Tierra (PNCT) en el asentamiento Rancho Alegre, en Candeias do Jamari, Rondônia. El levantamiento de datos se realizó mediante la aplicación de un cuestionario socioeconómico semiestructurado, aplicado a 30 familias, en octubre de 2021 y febrero de 2022. En las condiciones observadas, el asentamiento de Rancho Alegre no cuenta con un sistema de saneamiento básico. La mayoría de las familias señaló como principal problema del asentamiento la ausencia de una unidad escolar, así como de puestos de salud, lo que dificulta su bienestar. En cuanto a la infraestructura de los lotes, la mayoría de las casas son de madera, cubiertas con tejas de amianto y todas tienen acceso a la electricidad. En cuanto a la producción, las hortalizas son los principales productos producidos. Todos los lotes recibieron asistencia técnica en los primeros cinco años, proporcionada por el PNCT.

**Palabras clave:** Crédito rural; Agujero negro; Políticas públicas; Reforma agraria; Saneamiento básico.

## 1. Introdução

A desigualdade social e a concentração fundiária têm marcado a sociedade brasileira ao longo dos séculos. Esse processo teve sua origem no período da colonização, sendo intensificado com a promulgação da Lei de Terras de 1850 (Miralha, 2006). Segundo Stedile (2012), a Lei de Terras permitia a aquisição de propriedade privada, desde que fosse pago a Coroa Portuguesa certo valor. Essa lei foi tida como estratégia para evitar a aquisição de terra pelos menos favorecidos, permanecendo assim no poder dos nobres. De acordo com Rocha e Cabral (2016), a concentração de terras e a marginalização das famílias desapropriadas culminou na luta pelo direito a terra, gerando ao longo dos anos, embates de cunho social, político e econômico, levando a criação de movimentos sociais, como: Ligas Camponesas, (1955-1964) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984-atual). Movimentos sociais que lutavam/lutam por uma reforma agrária, que tinha como principal objetivo a redistribuição de terra (Stedile, 2012).

A concentração e forma de uso da terra tem como consequências a geração de desigualdades regionais, econômicas e sociais, além de provocar uma movimentação expressiva de populações do campo partindo para os grandes centros urbanos (Santos & Krajevski, 2018). A Constituição Federal dispõe que a propriedade atenderá a sua função social na correta utilização econômica da terra e na sua justa distribuição, de modo a atender ao bem-estar da coletividade, mediante o aumento da produtividade e da promoção da justiça social (Gondim, 2018). O direito do ser social a terra é um direito que assiste a homens e mulheres, crianças e jovens a adquirir e sustentar uma comunidade segura onde possam viver em paz e com dignidade.

Para Melo (2019) A função social da terra é um conceito formulado ao longo dos últimos séculos, sendo que o cumprimento da função social deve ser visto de maneira intrínseca ao direito à propriedade privada, pois, existe um dever social do proprietário estabelecido, inclusive em lei, para com o conjunto da sociedade. Por isso, o direito à propriedade privada é limitado pelo cumprimento da função social que se manifesta por meio do efetivo aproveitamento da terra para o interesse Público, a necessidade do cumprimento da função social pela propriedade rural se evidencia na sua relevância enquanto meio de produção dos bens necessários à manutenção da humanidade e ao desenvolvimento socioeconômico de um país.

Ao serem analisados os números oficiais da Reforma Agrária, é possível confirmar a política compensatória de criação de assentamentos rurais (Ferreira et al., 2009; Pereira, 2015). Porém, fica evidenciado, que existe uma contraofensiva do capital, representado pelo poder político do agronegócio, das ações dos grandes proprietários de terras e do judiciário e as

respectivas “brechas” na Legislação vigente. É extremamente perceptível a diminuição das ocupações nos latifúndios nos últimos anos, além do crescimento da violência e concentração do poder, que atinge diretamente lideranças camponesas, quilombolas, indígenas, populações extrativistas, ribeirinhos, sem-terra e outros (Porto-Gonçalves & Quental, 2012; Souza, 2012).

Para Maia et al. (2018), no que diz respeito a agricultura familiar, o acesso à terra é o ponto principal dentro de políticas públicas. No entanto para os autores, no Brasil existe grande desigualdade no acesso a políticas públicas, sendo maior ainda em áreas rurais presentes em regiões mais carentes. Desta forma a fim de minimizar conflitos agrários, diminuir a concentração fundiária e realizar a criação de assentamentos produtivos permanentes para a população rural, se faz necessário a criação de políticas públicas acessíveis, que promovem ao agricultor familiar o acesso à terra, como é o caso do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

O PNCF caracteriza-se como conjuntos de ações que visa promover o acesso à terra aos trabalhadores rurais através de crédito fundiário, o programa também possibilita a estruturação de imóveis rurais, como a implantação de projetos produtivos, com intuito de aumento na renda familiar e na produção de alimentos. O principal objetivo do PNCF é a redução da pobreza rural e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, através do acesso à terra, além de possibilitar a permanência definitiva das famílias beneficiadas na zona rural, diminuindo assim o êxodo rural (Maia et al., 2018; Galdino et al., 2019).

Entretanto, apesar da importância do PNCF na vida da população rural, pesquisas voltadas para as condições socioeconômicas e a qualidade de vida das pessoas residentes nos assentamentos da região de Candeias do Jamari, não estão disponíveis. Assim, não há indicadores que demonstrem que o programa realmente tem cumprido seus objetivos. Desta forma, a presente proposta se justifica, pois torna-se de interesse público avaliar as condições de vida e produção das pessoas contempladas pela PNCF, e sua efetividade como política pública de mitigação das desigualdades no campo.

## 2. Metodologia

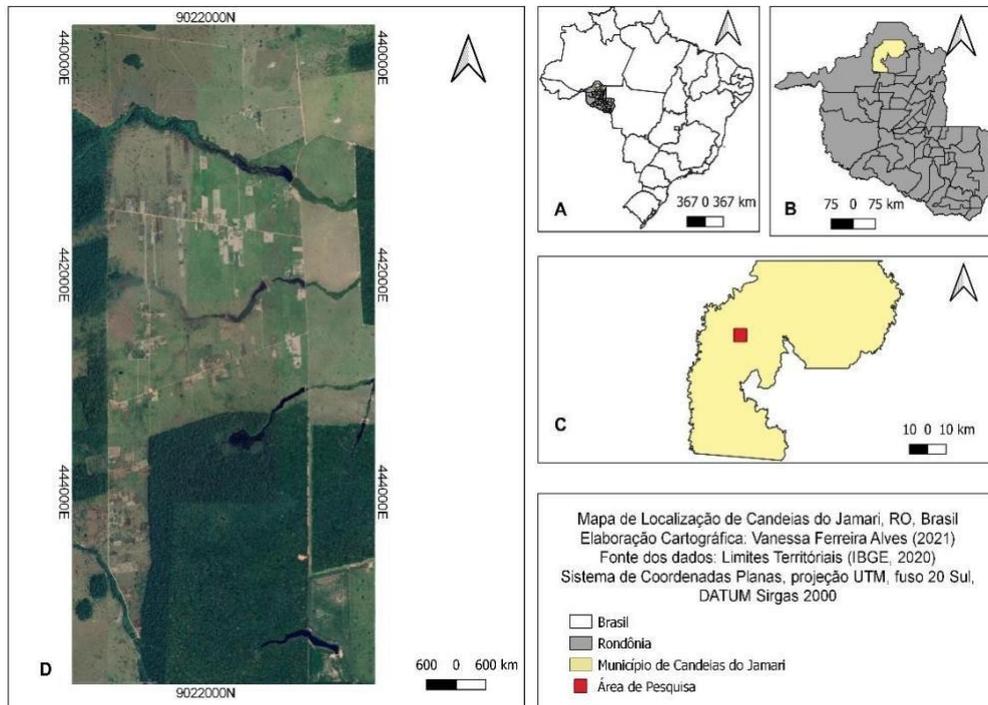
A pesquisa foi realizada no município de Candeias do Jamari-RO, a 20 km de Porto Velho, Rondônia (08°48'35''S 63°41'44''O). O município apresenta uma população de 19.779 pessoas, dentre as quais 2.152 residem na área rural (IBGE, 2017). A densidade demográfica é de 2,89 hab/km<sup>2</sup>, com uma área territorial de 6.843,868 km<sup>2</sup>. Segundo a classificação de Köppen-Geiger, Candeias do Jamari está inserido no grupo tropical do tipo Aw (clima quente e úmido), apresentando pluviosidade significativa na maioria dos meses, existindo um curto período de estiagem (três meses).

No assentamento Rancho Alegre, área que anteriormente constituía a fazenda com o mesmo nome, a qual foi considerada improdutivo, o que a tornou apta para criação do assentamento rural conforme o que a Constituição Federal prevê.

A área original destinada para o assentamento conta com 1577 hectares, sendo dividida em 157 lotes de 10 hectares cada, destinados a famílias inscritas no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). As famílias contempladas através do PNCF, receberam financiamento para se estabelecerem na terra, como construção de imóvel rural, desenvolvimento de projetos agrícolas como: horticultura, fruticultura, e na pecuária com bovinocultura leiteira, além de contarem com assistência técnica no período de 5 anos para auxiliar e acompanhar o desenvolvimento dos projetos implantados.

O assentamento em questão é uma área constituída por quatro associações de produtores rurais: Associação Rancho Alegre, Associação Colonial, Associação Renascer e Associação Nova Esperança (Figura 1).

**Figura 1.** Área de estudo, detalhes: A) Brasil; B) Estado de Rondônia; C) Candeias do Jamari; D) Detalhe da área experimental.



Fonte: Autores (2022).

O presente trabalho foi aprovado através de submissão ao Comitê de Ética na plataforma Brasil, sob o número 4.991.062 conforme exigência da CNS nº. 466/12 e Resolução CNS nº. 510/16, em pesquisa para a sua execução. A coleta foi realizada no mês de outubro de 2021 e fevereiro de 2022, com a aplicação de um questionário socioeconômico semiestruturado conforme proposto Albuquerque et al. (2010) e direcionado as famílias do assentamento (Tabela 1). Toda coleta de dados foi realizada com maiores de 18 anos, independente do sexo, com tempo de moradia igual ou superior a 2 anos, considerando a chegada dessas famílias em 2016, quando se deu a criação de fato do assentamento. As visitas e o contato com as famílias assentadas permitiram uma melhor compreensão da rotina e das dificuldades presentes no assentamento.

**Tabela 1.** Perguntas do questionário socioeconômico semiestruturado empregado no Assentamento Rancho Alegre, em Candeias do Jamari-RO.

Perguntas	Potenciais respostas
Sexo	Masculino ou feminino
Filiação	Associação no qual o produtor está filiado
Escolaridade	Se frequenta a escola e grau de instrução
Qualificação profissional	Se trabalha ou não e modalidade de trabalho
Renda familiar	Valor mensal
Produção	Tipo de produção que atua
Benefícios	Recebimento de benefícios do governo
Moradores	Número de moradores da casa
Deficiências	Ocorrência de pessoas com deficiência e qual tipo
Tipo de construção	Alvenaria, madeira, material aproveitado, taipa e outros
Tipo de cobertura	Telha, palha, lona, barro e outro
Tipo de piso	Terra, cimento, cerâmica e outros
Abastecimento de água	Rede pública, poço e outros
Escoamento sanitário	Fossa séptica, fossa rudimentar, vala, céu aberto e outros
Energia elétrica	Rede pública, lâmpião e gerador de energia
Lixo	Coleta, queima, enterra, céu aberto e outros
Água	Fervida, clorada, filtrada, coada e sem tratamento
Meio de comunicação	Telefone público, particular fixo, celular e internet
Acesso a saúde pública	Sim ou não
Posto de saúde	Ocorrência ou não, presença de atendimento e projeto de criação
Escola	Presença de escola no assentamento
Professores	Presença de professores na escola
Merenda escolar	Presença ou ausência
Meio de transporte	Meio de transporte utilizado para ir à escola

Fonte: Autores (2022).

Após as entrevistas, toda informação foi organizada em planilha eletrônica e realizadas as tabulações das informações, utilizando-se planilha eletrônica (Excel) para compilação e apresentação dos dados.

### 3. Resultados e Discussão

Foram entrevistadas 30 famílias, sendo seis (20%) da associação Colonial, sete da (23,33%) Nova Esperança, 14 (46,67%) da Rancho Alegre e três (10%) da associação Renascer. Entrevistados do sexo masculino representaram 63,33%, sendo registrada a idade de 11 entrevistados, com faixa etária entre 31 e 70 anos, e idade média de  $50,58 \pm 12,03$ . O tamanho médio das famílias assentadas era de  $2,93 \pm 1,19$ , sendo compostas de 1 a 6 pessoas por moradia.

Durante as entrevistas foi possível registrar que a força de trabalho utilizada nos lotes em sua maioria é familiar, e em lotes que a composição familiar é inferior a três pessoas por casas, sofrem com falta de mão-de-obra. Esse resultado é reforçado por Buainain (2006), que em sua pesquisa aponta a mão-de-obra familiar como o principal recurso dos agricultores, no entanto a busca por melhores condições de vida, estudo/trabalho, acarreta na migração dos filhos desses agricultores, aumentando ainda mais a escassez de mão-de-obra, constatando assim um envelhecimento na população rural.

No que diz respeito a composição familiar da sociedade rural, para Spanevello et al. (2017), a principal problemática é

a falta e/ou redução de sucessores para dá continuidade as atividades na terra, mantendo desta maneira o patrimônio entre os descendentes, sendo a comercialização da terra a alternativa mais recorrente, ocasionando a migração para o centro urbano. Para os autores citados, a existência dessa migração se dá principalmente pela necessidade dos proprietários da terra já na terceira idade, não possuírem capacidade física de continuar realizando as atividades do campo, além de necessitarem de assistência médica com mais frequência, o que é impulsionado ainda mais pela falta de sucessores, visto que em sua maioria, os filhos já evadiram do meio rural para o centro urbano.

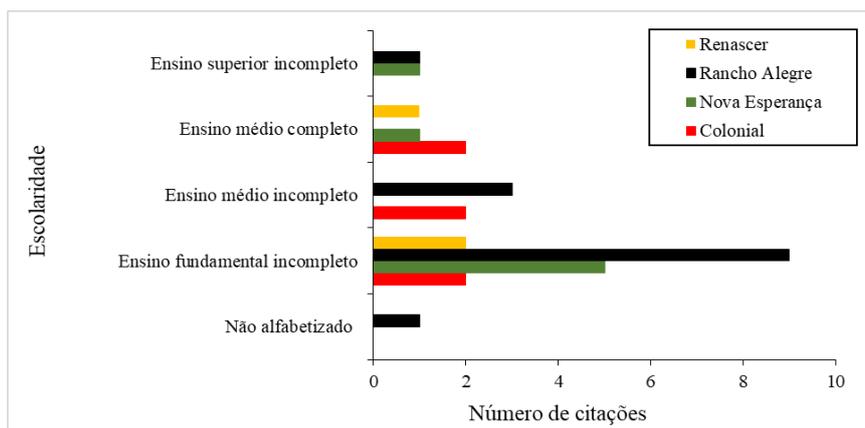
De acordo com Breitenbach e Corazza (2017), os principais motivos para o êxodo rural dos jovens e consequentemente a falta de sucessores, está relacionado com a necessidade de estudarem, tornaram-se independentes e por muitas vezes a falta de incentivo para os jovens permanecerem/voltarem para o campo. Para Oliveira, et al., (2020), a permanência e a sucessão do jovem no campo são determinadas pelas condições socioeconômicas que lhe são atendidas, aumentando desta forma a fixação do jovem na propriedade rural.

Quanto a naturalidade, 43,75% são naturais do estado de Rondônia, enquanto o restante são naturais de outros estados do país: Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná e São Paulo. Esses dados reforçam a existência de um fluxo migratório advinda de diversas regiões, que de acordo com Brasil (1997) em sua pesquisa sobre o fluxo migratório para a Região Norte nas décadas de 70 e 80, essa migração teve forte influência política, que foram desenvolvidas pelo Governo Federal com intuito de integrar a Região ao resto do país.

A diversidade populacional no estado de Rondônia, se deu principalmente pela descoberta de terras férteis no estado na década de 70, tornando a agricultura uma atividade viável, ficando conhecido como “Ciclo da Agricultura”, essa movimentação populacional de diversas regiões, trouxe não apenas agricultores, mas também comerciantes e profissionais de diversas áreas, em busca de melhores condições de vida (Amaral, 2012). A criação de um Projeto do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, também foi um fator importante no fluxo migratório do estado, visto que a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau demandou grande contingente de trabalhadores advindo de outras regiões do país (Amaral, 2012; Cotinguiba & Cotinguiba, 2015).

Quanto a escolaridade dos entrevistados é possível observar uma maior frequência de entrevistados com o ensino fundamental incompleto (Figura 2). O baixo índice de escolaridade nas áreas rurais é explicado pelo difícil acesso a escola e pela necessidade de trabalhar para sobrevivência, principalmente para os mais velhos (Makatu et al., 2017). Sendo esse um reflexo dos locais que os entrevistados moravam anteriormente. Dessa forma a ausência atual de escola no Assentamento Rancho Alegre favorece esse quadro de baixa escolaridade, sendo necessário que as crianças e adolescentes do assentamento estudem nas escolas do município de Candeias do Jamari. Assim o tempo que os estudantes passam fora de casa para ter acesso a educação é maior, devido a distância entre assentamento e cidade, o que pode provocar um maior índice de reprovação e até mesmo evasão escolar. De acordo com os entrevistados que possuem crianças e adolescentes nas escolas, o meio de transporte utilizado pelos estudantes, é ônibus escolar, disponibilizado pela prefeitura da cidade.

**Figura 2.** Escolaridade dos entrevistados no Assentamento Rancho Alegre, em Candeias do Jamari-RO.



Fonte: Autores (2022).

Das famílias entrevistadas 16,66% possuem familiar com deficiência e 83,33% responderam que não possuem familiar com deficiência. Dentre as deficiências relatadas, apenas 1 não soube informar o tipo, quanto aos demais sendo cadeirante, membro amputado (braço), epileptiforme e grau dois de autismo.

Das famílias que apresentam parente com deficiência, uma família relatou a dificuldade de acesso a educação para sua filha que é diagnosticada com epileptiforme e grau dois de autismo, pois a criança necessitaria que a mãe a acompanhasse até a escola. No entanto, de acordo com a família, o ônibus escolar não permitia transportar qualquer outro indivíduo que não fosse aluno. O processo de escolarização de crianças e adolescentes com deficiência, se trata de uma conjuntura complexa, no qual a relação com a família, com os professores e equipe escolar está intrinsecamente ligado para o aprendizado da criança e sua permanência na escola (Jantsch et al., 2021).

Todos os participantes são trabalhadores rurais, sendo 16,66% aposentados. A aposentadoria, em muitos dos casos, se faz necessária para a complementação da renda familiar, assim como outros benefícios governamentais acessado pelos assentados (40%), sendo o mais frequente o Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família). A aposentadoria rural se insere como fator importante para diminuição da pobreza rural, se tornando uma estratégia para diminuição dos riscos das atividades de agricultura familiar. Além de que a aposentadoria rural juntamente com a agricultura de subsistência se apresenta como uma forma de garantir aos aposentados uma vida com melhores condições no campo, até para aqueles que não possuem sucessores (Bastos et al., 2018; Boscardin & Spanevello, 2019).

De acordo com Dullius et al. (2019) a importância da aposentaria rural, está relacionada não apenas na sustentação da renda domiciliar rural, mas que em muitos dos casos o seguro social é convertido em seguro agrícola, assegurando de forma econômica a agricultura familiar. Desta forma os aposentados da zona rural, possuem grande influência na composição da renda familiar. O mesmo ocorre com as famílias que acessam o Auxílio Brasil, as mesmas possuem uma certa seguridade, visto a importância de uma renda mensal, mesmo que muitas vezes pequena. Sendo a finalidade do auxílio diversa, podendo ser utilizado para complementação da renda, compra de itens para as crianças, compra de alimentos, contribuindo para o bem-estar de seus beneficiários. Tornando-a importante política social para combater e reduzir a pobreza para as famílias rurais. Pois o acesso ao auxílio, ainda que pouco, colabora na aquisição de diferentes produtos e alimentos de qualidade, o que é refletido na qualidade de vida dessas famílias, além de apresentar redução na evasão escolar das crianças (Duarte et al., 2009; Gomes et al., 2021).

Quando perguntados sobre a existência de um responsável técnico, 3,33% respondeu não haver um, 26,66% responderam que o assentamento é assistido por um responsável técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, e 70% responderam desconhecer a existência de um responsável técnico.

A assistência técnica é fundamental para o desenvolvimento rural, tendo como finalidade a abordagem de aspectos técnicos de forma de produção, desenvolvimento sustentável, valorização do campo afim de evitar a exclusão social, conhecimento e organização social, desta forma sua ausência influencia em uma série de fatores que colaboram no insucesso de atividades agrícolas produtivas, causado pelo desconhecimento do produtor em relação a técnicas e formas adequadas de lidar com o solo, tendo como resultado terras improdutivas e degradadas (Hennerich et al.,2022).

Para muitos autores a ATER é um processo educativo, no qual a assistência individual não seja mais o ponto central, mas sim que sua forma de atuação envolva a comunidade, identificando os jovens rurais e agricultores que possam receber qualificação para ajudar os demais a lidar com problemas simples no manejo agropecuário, estimulando trabalhos grupais e a troca de conhecimento entre a comunidade (Lusa, 2013). O Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), firmado pela Lei N. 12.188/2010 tem como principal objetivo a implantação e consolidação de estratégias que visem o desenvolvimento sustentável e geração de renda, potencializando as atividades agrícolas na agricultura familiar.

Para Hennerich et al. (2022) é válido lembrar que a agricultura familiar é caracterizada pela gestão da propriedade rural na família, tendo atividade agropecuária como principal fonte de renda, fornecendo alimentos básicos da dieta do brasileiro, como hortaliças, mandioca, pequenos animais, milho entre outros. Desta forma a agricultura familiar se caracteriza como responsável pela maior parte da produção de alimentos no Brasil.

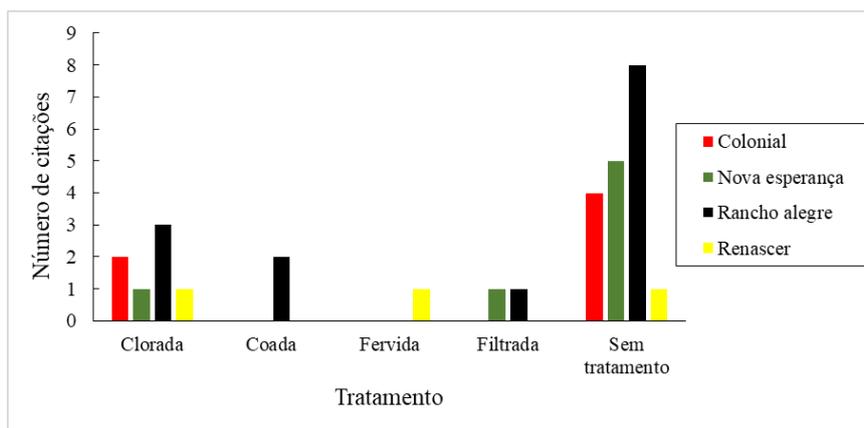
Durante as entrevistas foi possível observar a consequência de uma ATER individual, pois famílias que afirmaram receber assistência técnica, reportaram um cuidado maior e certa amizade do técnico, enquanto famílias que apenas sabem da existência de um responsável técnico no assentamento, relatam terem visto uma vez ou nunca terem visto.

Em relação a situação habitacional dos assentados as casas eram de madeira (13,33%) ou alvenaria (86,66%), sendo coberta com telha de amianto (96,66%), palha (3,33%) e, em alguns casos a moradia possui os dois tipos de cobertura. A maioria das casas possuem piso de cimento (76,66%), e um menor número de casas com piso de chão batido (16,66%) ou assoalho (6,66%). Esse resultado possui similaridade com o encontrado por Rodrigues et al. (2022), no qual o maior número de moradias de alvenaria representa melhoria na condição de vida entre as famílias assentadas, o que reforça ainda mais a importância do PNCF, como programa de redução da desigualdade social no campo, pois não se trata apenas da compra de terra, mas também do investimento em infraestrutura de moradia, efetivando no campo as famílias contempladas.

Quanto ao acesso a rede de energia elétrica, todos os lotes possuem acesso a energia elétrica da rede pública, fornecida pelo Grupo Energisa. Todas as residências possuem acesso a água nas proximidades, sendo esta proveniente de poço do tipo cacimba, que apesar de ser uma alternativa para o produtor. Esse tipo de poço possui capacidade de armazenamento limitada, o que pode ser crítico na época seca. Essa forma de captação ainda apresenta problemas, já que em sua maioria a forma de proteção do poço-cacimba é precária, facilitando a entrada de animais, que possam alterar a qualidade da água.

Das 30 famílias entrevistadas apenas duas utilizam somente água da rede de distribuição do assentamento, proveniente dos poços tubulares, implantados na abertura do assentamento pelo programa de Crédito Fundiário. Três famílias utilizam tanto água da rede de distribuição do assentamento quanto de poço presente em seus lotes. Em 60% dos lotes, a água consumida pelos assentados não recebem nenhum tipo de tratamento (Figura 3).

**Figura 3.** Tratamento de água no assentamento Rancho Alegre, em Candeias do Jamari-RO.



Fonte: Autores (2022).

Esse mesmo resultado é encontrado na pesquisa de Ferreira et al. (2017), no qual verificou que em sua maioria os entrevistados não realizam nenhum tipo de tratamento da água para consumo. Os moradores consideram a qualidade da água como boa, com base na não ocorrência de problemas de saúde relacionados ao consumo de água de qualidade duvidosa, desta forma os moradores utilizam desse fator para justificar a falta de qualquer tipo de tratamento na água para consumo. No entanto, no meio rural, o risco de surtos de doenças causados por contaminação bacteriana é alto, principalmente quando a captação da água para consumo é feita de poços inadequadamente vedados, próximos a fossa ou circulação de animais.

Em relação ao esgotamento sanitário, os resultados revelaram que 90% dos lotes pesquisados possuíam fossa rudimentar (fossa negra), e a disposição em vala a céu aberto somam 10% dos lotes entrevistados. Resultados semelhantes é encontrado em comunidades rurais em São Luís-MA e no município de Ferreira Gomes-AP, estudados respectivamente por Silva (2011) e Silva et al. (2016), no qual verificaram que as comunidades não possuíam acesso a tratamento e coleta de esgoto, fazendo desta maneira uso de fossa negra ou valas improvisadas. O estado de Rondônia atende apenas 5,16% da população com serviço de coleta de esgoto (IBGE, 2017). Essa carência não atinge somente a população rural, mas também dos centros urbanos, no qual em sua maioria sofre com a precariedade de esgotamento sanitário, estando em situação de vulnerabilidade às doenças causadas por contaminação proveniente da utilização desse tipo de sistema.

A falta de coleta e tratamento dos esgotos domésticos acarreta em danos negativos para a sociedade, sendo a saúde dos moradores a principal questão. A utilização de fossa negra favorece à transmissão de doenças como diarreias infecciosas, febre tifóide e paratifóide, esquistossomose, etc, além da contaminação da água e do solo, sendo este meio de esgotamento sanitário nocivo ao ambiente, representando um risco direto às águas subterrâneas através da infiltração de resíduos da fossa negra (Neto et al., 2017). Devido a precariedade de esgotamento sanitário, os estados do norte e nordeste apresentam maior taxa de mortalidade infantil, relacionada às doenças diarreicas (Silva, 2011).

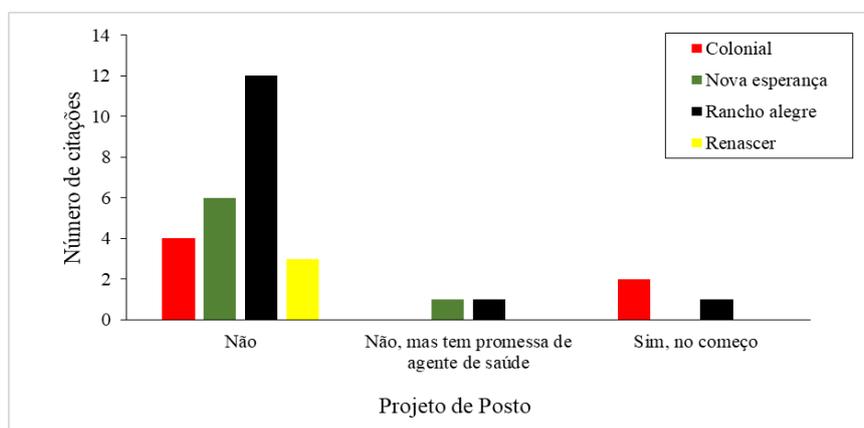
No que diz respeito ao destino dos resíduos sólidos, todos os assentados relataram queimarem o lixo de suas casas, sendo uma prática comum no meio rural devido a falta de um sistema de coleta dos resíduos sólidos (Araújo et al., 2012; Simonato et al., 2019). Esta prática acarreta na poluição do ambiente, como a contaminação do solo e da água, além de representar risco a saúde dos moradores. Pesquisas em outros municípios e estados do país, também apresentam problemas quanto ao destino dos resíduos sólidos na zonal rural, provando que a destinação correta dos resíduos sólidos é uma problemática a ser sanada nas áreas rurais de todo o país (Oliveira et al., 2021).

Das 30 famílias entrevistadas, apenas uma relatou não fazer uso de nenhum meio de comunicação eletrônico e todas as demais famílias utilizam de celulares. Referente ao acesso a internet, das 29 famílias que fazem uso de aparelho celular, 86,21% tem em sua residência acesso a internet rural, e 13,79% não possuem acesso a internet rural, possuindo acesso apenas a

antena rural para realização de ligações. Para Viero et al. (2011) o acesso a internet tornou-se uma necessidade para o meio rural, visto a demanda por conhecimento e informações atualizadas para o produtor. Para os autores a efetividade do acesso a internet na vida dos produtores rurais, se dar na utilização da ferramenta em seu cotidiano, empregando-a na busca por soluções ou alternativas aos problemas que ocorrem em seu dia a dia.

Durante as entrevistas com os assentados, os relatos em relação a saúde foram diversos, mostrando uma precariedade no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os moradores relataram possuírem acesso a saúde básica fora do assentamento, pois não há posto de saúde no local, desta forma para conseguirem acesso a saúde básica. Dessa forma é necessária a locomoção para o município de Candeias do Jamari, cidade mais próxima ao assentamento. No entanto, de acordo com os entrevistados, até mesmo o acesso a saúde na cidade é precário, encontrando dificuldade em conseguir atendimento. Quando perguntados sobre a existência de um projeto para criação de um posto de saúde no assentamento, a maioria dos entrevistados relataram não terem conhecimento de nenhum projeto, nem no início da criação do assentamento, nem no atual momento (Figura 4).

**Figura 4:** Projeto de Posto de Saúde no assentamento Rancho Alegre, em Candeias do Jamari-RO.



Fonte: Autores (2022).

Os usuários da zona rural, encontram grandes dificuldades de acesso e de não atendimento nas unidades básicas de saúde, seja pelo horário de atendimento ou pelo tempo de espera. Desta forma é visto que a existência de um agente comunitário de saúde na comunidade é de total importância para melhor qualidade de vida dos moradores (Garnelo et al., 2018).

Também há o interesse dos moradores na existência de um agente comunitário de saúde para o assentamento. De acordo com eles, um agente de saúde ajudaria facilitando o acesso desses assentados a unidades básicas de saúde, diminuindo a necessidade de irem à cidade apenas para marcarem consultas, visto que as mesmas não são agendadas para o mesmo dia, sendo necessário retornarem novamente para realizá-las, o que segundo os entrevistados acarreta na interrupção das atividades no campo. Os agentes comunitários de saúde são responsáveis por trabalhar com a prevenção de doenças e promover a saúde na comunidade em que atua, mapear e desenvolver estratégias de intervenção voltadas a melhoria da qualidade de vida dos moradores (Portaria 2488 de 21 de outubro de 2011 do Ministério da Saúde).

#### 4. Conclusão

Nas condições observadas o assentamento Rancho Alegre não conta com sistema de saneamento básico. A maioria das famílias apontou como grande problema do assentamento a ausência de uma unidade escolar, bem como postos de saúde, o que dificulta seu bem-estar. Em relação a infraestrutura dos lotes, as casas em sua maioria são de madeira, coberta com telha

de amianto e todas possuem acesso à energia elétrica. Todos os lotes receberam assistência técnica nos primeiros cinco anos, fornecido pelo PNCF, no entanto, atualmente foi observado que poucos produtores recebem assistência técnica oferecida pela Emater. A qualidade de vida na localidade pode ser considerada precária especialmente devido à ausência de um sistema de coleta de lixo, saneamento básico e acesso a saúde e escolas. Esses fatores podem favorecer o êxodo a população mais jovem, levando ao envelhecimento da população.

Futuras pesquisas devem focar na influência das carências relacionadas com o sistema de saúde educacional na permanência da população e analisar a dinâmica das doenças e a taxa de natalidade e mortalidade da população.

## Agradecimentos

A todos os moradores do Assentamento Rancho Alegre que nos receberam em suas casas. Aos revisores anônimos para sugestões para a melhoria do artigo.

## Referências

- Albuquerque, U. P., Lucena, R. F. P., & Alencar, N. L. (2010). Métodos e Técnicas para coleta de dados etnobiológicos. Em: U. P. Albuquerque, Lucena, R. F. P., & Cunha LVFC (Eds). *Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica* (pp. 41-64). NUPPEA.
- Amaral, N. F. G. (2012). Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. *Linha D'Água*, 25 (1), 87-107.
- Araújo, K. C. S., Borges, J. R. P., & Lopes, P. R. (2012). Condições de vida e qualidade do saneamento ambiental rural como fator para o desenvolvimento de práticas agroecológicas. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 7 (1), 39-50.
- Bastos, P. D. M. A., de Mattos, L. B., & Santos, G. C. (2018). Determinantes da pobreza no meio rural brasileiro. *Revista de Estudos Sociais*, 20 (41), 4-30.
- Boscardin, M., & Spanevello, R. M. (2019). A importância da aposentadoria rural para agricultores familiares sem sucessores no norte do Rio Grande do Sul: o caso do município de Frederico Westphalen. *Revista Estudo & Debate*, 26 (2), 35-51.
- Breitenbach, R., & Corazza, G. (2017). Perspectiva de permanência no campo: Estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. *Revista Espacios*, 38 (29), 9.
- Buainain, A. M. (2006) *Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate*. IICA.
- Brasil, M. C. (1997). Os fluxos migratórios na região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. *Cadernos de estudos sociais*, 13 (1), 61-84.
- Carvalho, L. H. (2010). A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. *Revista IDEAS*, 4 (2), 395-428.
- Cotinguiba, M. L. P., & Cotinguiba, G. C. (2015). Rondônia, um estado de fronteira na Amazônia ocidental brasileira: fluxos migratórios do passado e a imigração haitiana no início do século XXI. *Revista Territórios e Fronteiras*, 8 (2), 45-65.
- Duarte, G. B., Sampaio, B., & Sampaio, Y. (2009). Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. *Revista de economia e sociologia rural*, 47, 903-918.
- Dullius, M., Neumann, P. S., Dornelles, C. P. N., Roberto, M., Diehl, A. F. D. F., Brito, A. S., & Cavalheiro, L. (2010). Participação e Papel da Aposentadoria nos Estabelecimentos Rurais do município de Paraíso do Sul-RS. *UFMS/RS*.
- Ferreira, B., Alves, F., & de Carvalho Filho, J. J. (2009). Constituição vinte anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária—embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). *POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise*, 155.
- Ferreira, F. D. S., Queiroz, T. M. D., Silva, T. V. D., & Andrade, A. C. D. O. (2017). À margem do rio e da sociedade: a qualidade da água em uma comunidade quilombola no estado de Mato Grosso. *Saúde e Sociedade*, 26, 822-828.
- Galdino, M. S. S., de Noronha Filho, J. B., Gomes, E. I. A., & de Sousa, E. P. (2019). Programa Nacional de Crédito Fundiário no Nordeste Brasileiro. *Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 9 (2), 11-19.
- Garnelo, L., Lima, J. G., Rocha, E. S. C., & Herkrath, F. J. (2018). Acesso e cobertura da Atenção Primária à Saúde para populações rurais e urbanas na região norte do Brasil. *Saúde em Debate*, 42, 81-99.
- Gomes, D. L., Porro, R., Almeida, R. H. C., & Santana, A. P. P. (2021). Percepções das famílias sobre o programa bolsa família: o uso dos recursos e os impactos na vida de comunidades rurais. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 2021, 1-4.
- Gondim, C. H. N. (2018). Entre vitórias e derrotas: a função social da terra na constituição de 1988 versus o direito de propriedade absoluto. Uma análise do caso da Usina Cambahyba. *Revista de Direito Agrário*, 30, 107-130.
- Hennerich, J. E., Fariña, L. O., & Plein, C. (2022). Conexões entre assistência técnica, extensão rural e agricultura familiar. *Revista NERA*, 62, 135-157.

IBGE (2017). IBGE Cidades - Porto Velho. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/panorama>

Jantsch, L. B., de Souza, N. S., Fontana, D. G. R., Sarturi, F., & da Silva, E. B. (2021). Acessibilidade à educação de crianças e adolescentes com deficiência que vivem em contextos rurais. *Revista Educação Especial*, 34, 1-17.

Lusa, M. G., da Silva Costa, D., da Costa, É. F. S., Duarte, K. L., da Silva Ferreira, K. K., Medeiros, L. C. F., Silva, M. N., Silva, M. L., Nascimento, T. D. S., & da Fonseca, V. A. (2013). Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e serviço social: o campo como desafio. *Cadernos Ceru*, 24(1), 115-135.

Maia, A. H., Sant'Ana, A. L., & Silva, F. C. D. (2018). Políticas públicas de acesso à terra: uma análise do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em Nova Xavantina (MT). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 56, 311-328.

Makatu, M. Y., Soares, J. A., de Matos, L. V. S., Coelho, W. M. D., Manhoso, F. F. R., Kaneto, C. N., & Bresciani, K. D. S. (2017). Perfil dos produtores rurais de dois assentamentos nos municípios de Brejo Alegre e Birigui, Estado de São Paulo. *Veterinária e Zootecnia*, 24 (2), 373-383.

Melo, T. D. S. (2019). Latifúndio e descumprimento da função social da terra no Brasil. *Caminhos de Geografia*, 20 (71), 137-151.

Miralha, W. (2012). Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. *Revista NERA*, 8, 151-172.

Neto, A. K., dos Anjos, G. M., de Santana Brandolff, R., Goés, T. P., & da Silva, J. F. (2017). Fatores relacionados à saúde pública e ao saneamento básico em comunidade rural de Barreiras, Bahia, Brasil. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 41 (3), a2079.

Oliveira, M. F., Mendes, L., & Vasconcelos, A. C. V. H. (2020). Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 59.

Oliveira, V. C., Almeida, L. S., dos Santos, A. J. G., & Montenegro, F. T. (2022). Percepção das questões ambientais por moradores de um assentamento de Reforma Agrária. *Cadernos de Agroecologia*, 17 (3), 1-5.

Pereira, J. M. M. (2015). Estado e mercado na reforma agrária brasileira (1988-2002). *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 28, 385-404.

Porto-Gonçalves, C. W., & de Araújo Quental, P. (2012). Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Polis. Revista Latinoamericana*, 31, 1-33.

Rodrigues, F. L., Nunes, E. M., da Silva Gomes, L., & Escobar, C. (2022). Efeitos das condições de saúde e moradia nos rendimentos dos trabalhadores no meio rural brasileiro. *Revista Grifos*, 31 (57), 01-20.

Santos, C. S., & Krajevski, L. C. (2018). Assentamentos rurais e as modificações socioeconômicas no município de Rio Bonito do Iguçu. *Revista NERA*, 41, 39-61.

Silva, A. C. (2011). Caracterização sócio-ambiental da comunidade de Coquilho na zona rural de São Luís-MA. *Revista Monografias Ambientais*, 3 (3), 362-372.

Silva, E. B., Alves, C. S., & Portilho, J. C. S. (2016). Diagnóstico participativo de saneamento básico na comunidade rural do baixo Rio Araguari, Município de Ferreira Gomes-Amapá, Brasil. *Biota Amazônia*, 6 (2), 17-23.

Simonato, D. C., de Figueiredo, R. A., Dornfeld, C. B., de Souza Esquerdo, V. F., & Bergamasco, S. M. P. P. (2019). Saneamento rural e percepção ambiental em um assentamento rural-São Paulo-Brasil. *Retratos de Assentamentos*, 22 (2), 264-280.

Spanevello, R. M., Matte, A., Andreatta, T., & Lago, A. (2017). A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. *Desenvolvimento em Questão*, 15 (40), 348-372.

Souza, M. M. (2012). A resistência indígena e camponesa frente à expansão do latifúndio na atualidade. *Revista Labirinto (UNIR)*, 16, 164-181.

Stedile, J. P. (2005). *Questão agrária no Brasil*. v. 2. In: *Questão agrária no Brasil*. v. 2. O debate na esquerda, 1960-1980. p. 320-320.

Rocha, R. J. S., & Cabral, J. P. C. (2016). Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. *Produção acadêmica*, 2 (1), 75-86.

Viero, V. C., Silveira, A. D., & Machado, A. C. (2011). Apropriação de tecnologias de informação e comunicação no meio rural brasileiro. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 28 (1), 257-277.